

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.086.518 - MS (2017/0085534-9)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : HOSPITAL SÍRIO LIBANÊS DE CAMPO GRANDE LTDA**  
**ADVOGADO : OMAR FRANCISCO DO SEIXO KADRI - MS007000**  
**AGRAVADO : LÍDIA KOTLEVSKI XIMENES**  
**ADVOGADOS : JULIAO DE FREITAS - MS000530**  
**ROSYMEIRE TRINDADE FRAZÃO - MS007778**  
**INTERES. : WELQUISON THOMAZ VILLELA**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por **HOSPITAL SÍRIO LIBANÊS DE CAMPO GRANDE LTDA.**, em face de decisão de inadmissibilidade de recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, objetivou reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, assim ementado (fls. 556-557, e-STJ):

AGRAVO RETIDO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS - ILEGITIMIDADE PASSIVA DO HOSPITAL E CERCEAMENTO DE DEFESA AFASTADOS - AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DEVIDO À FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE PARA RECONHECIMENTO DA RESPONSABILIDADE CIVIL - MATÉRIA QUE SE CONFUNDE COM MÉRITO - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Se o paciente procura o hospital e é atendido por médico que lá se encontra, não há que se cogitar se este era ou não assalariado, pois de alguma forma está vinculado ao nosocômio, daí por que o hospital responderá pelos danos que seu profissional causar, estando legitimado, portanto. 2. Afasta-se a preliminar de cerceamento de defesa devido à exclusão da lide do médico que atendeu a parte autora, porquanto restou comprovado por prova documental como ocorreu referido atendimento, bem como reconheceu-se o vínculo do médico com o hospital quando da análise da preliminar de ilegitimidade passiva. 3. A preliminar de ausência de interesse de agir em razão da falta de nexo de causalidade para reconhecimento da responsabilidade civil é matéria atinente ao mérito da causa e por isso com ele será analisada. APELAÇÕES CÍVEIS - RECURSOS DA AUTORA E DO HOSPITAL REQUERIDO - ERRO DE DIAGNÓSTICO - PACIENTE COM INFARTO DO MIOCÁRDIO DIAGNOSTICADO COM STRESS EMOCIONAL - MEDICAÇÃO INDEVIDA - RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO HOSPITAL E SUBJETIVA DO MÉDICO - RELAÇÃO DE CONSUMO - FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR NEGLIGÊNCIA - DANO MORAL CONFIGURADO - VALOR DA INDENIZAÇÃO REDUZIDO - DANOS MATERIAIS INEXISTENTES - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MANTIDOS - VALOR RAZOÁVEL - RECURSO DA PARTE AUTORA CONHECIDO E DESPROVIDO - RECURSO DO HOSPITAL

REQUERIDO - CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Com efeito, o direito brasileiro adotou como regra nas relações de consumo a responsabilidade objetiva pelos danos causados pelo fornecedor/prestador de serviços, consoante se infere da regra prevista no art. 14 do CDC, não sendo necessário a verificação da culpa, bastando a comprovação da conduta ilícita, do dano e do nexo causal. Entretanto, não se pode olvidar que a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais deverá ser apurada mediante a verificação da culpa, segundo preconiza o § 4º do referido dispositivo. 2. Do conjunto probatório restou demonstrado o erro de diagnóstico do médico plantonista, pois embora a autora tenha procurado o hospital com sintomas de infarto (posteriormente confirmado), foi diagnosticado com stress emocional, cujos medicamentos ministrados não eram adequados para nenhuma das duas patologias. 3. A conduta médica negligente na hipótese, consistente no diagnóstico equivocado, fez prolongar o sofrimento da paciente, que permaneceu com os sintomas de dores no maxilar, braço e peito, restando caracterizado o nexo de causalidade, bem como o dano moral. 4. Dadas as circunstâncias, sendo certo que o valor a ser arbitrado não pode ser nem tão grande, que se converta em fonte de enriquecimento da vítima e redução à miserabilidade do ofensor, nem tão pequeno, que se torne inexpressivo, uma vez que não há base em qualquer diploma legal que venha a estabelecer os limites e quantitativos para a indenização por dano moral, o quantum a ser fixado deve ser capaz de amenizar a dor e compensar os efeitos do prejuízo moral sofrido. Desta forma, tem-se que o valor da indenização pelo dano moral deve ser reduzido para R\$ 15.000,00, quantia adequada e razoável segundo as peculiaridades deste caso. 5. Concluiu-se que não houve recusa do plano de saúde em cobrir as despesas com a cirurgia, mas apenas a autora não quis ou não pôde esperar pela autorização, pagando com recursos próprios parte das despesas com a cirurgia. Assim, não é possível afirmar que as despesas arcadas de forma particular decorreram do erro médico em debate, mas da própria patologia que acometia a autora. Por isso, fica afastado o dano material alegado. 6. Os honorários advocatícios foram reduzidos automaticamente em razão da redução da condenação. Embora o juízo a quo tenha fixado honorários de R\$ 1.000,00 para a parte autora pagar ao patrono do requerido, pretende a parte contrária equiparação, pois entende que a quantia é baixa se considerado o trabalho dos advogados, o tempo exigido, a natureza e complexidade da causa, bem como o proveito econômico com a presente ação. Portanto, mantém-se o percentual de 15% fixado na sentença para fins de pagamento da verba honorária ao patrono da parte autora.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados na origem (fls. 589-593, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 596-639, e-STJ), o insurgente alega, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 14, § 3º, II, § 4º, do CDC; 86, *caput*, 371, 479, 485, VI, do CPC/15; 21, *caput*, 131, 267, VI, 436 do CPC/73; 186 E 927 do Código Civil; 16 do Código de Ética Médica; e 5º, LV, da Constituição Federal.

Sustenta, em síntese: **a)** ilegitimidade passiva *ad causam*, sustentando que o médico que atendeu a paciente não possui qualquer vínculo empregatício com o nosocômio; **b)** necessidade de extinção do feito, ante a falta de interesse de agir em decorrência da

inexistência de nexo causal; **c)** cerceamento ao princípio constitucional da ampla defesa; **d)** ausência de responsabilidade civil do hospital, ante a inexistência de falha na prestação dos serviços e a ausência de nexo de causalidade; **e)** a indenização por danos morais foi fixada em montante desproporcional; **f)** os honorários advocatícios arbitrados em favor da autora são exorbitantes.

Sem contrarrazões (fl. 757, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade (fls. 758-764, e-STJ), negou-se processamento ao recurso.

Daí o agravo (fls. 766-778, e-STJ), em que o recorrente impugna a decisão agravada.

Sem contraminuta (fl. 781, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

**1.** De início, cabe destacar, no tocante à apontada ofensa ao artigo 5º, LV, da Constituição Federal, e ao princípio constitucional da ampla defesa, que a competência desta Corte restringe-se à interpretação e uniformização do direito infraconstitucional federal, não sendo cabível o exame de eventual violação a dispositivos e princípios constitucionais sob pena de usurpação da competência atribuída ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102 da Constituição Federal.

**2.** O insurgente alega violação ao artigo 14, § 3º, II, e § 4º, do CDC, sustentando a ilegitimidade passiva *ad causam*, sob o argumento de que o médico que atendeu a paciente não possui qualquer vínculo empregatício com o nosocômio.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, decidiu (fl. 560, e-STJ):

Quanto à ilegitimidade passiva, há discussão doutrinária e jurisprudencial sobre a aplicação do art. 932, III, do Código Civil, e do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, quando se pleiteia indenização em face do hospital em razão de erro médico, entendendo alguns que somente quando este profissional for contratado o hospital responderá de forma objetiva.

No entanto, o Superior Tribunal de Justiça, ao julgar caso semelhante a este, definiu a questão, adotando a corrente, a qual me filio, de que **se o paciente procura o hospital e é atendido por médico que lá se encontra, não há que se cogitar se este era ou não assalariado, pois de alguma forma está vinculado ao nosocômio, daí por que o hospital responderá pelos danos que seu profissional causar, estando legitimado, portanto:**

(...)

**Deste modo, se constatado que o médico errou no diagnóstico da autora, com culpa, ou seja, com negligência, imprudência ou imperícia, dando causa à algum dano, o hospital agravante, onde foi prestado o atendimento, responderá pelos danos causados, independentemente da aferição de sua própria culpa.**

Assim, afasto aludida preliminar. [grifou-se]

Como se vê, o órgão julgador afastou a preliminar de ilegitimidade arguida pelo recorrente adotando como fundamento a premissa de que "se o paciente procura o hospital e é atendido por médico que lá se encontra, não há que se cogitar se este era ou não

assalariado, pois de alguma forma está vinculado ao nosocômio", e concluiu que "se constatado que o médico errou no diagnóstico da autora, com culpa, o hospital onde foi prestado o atendimento responderá pelos danos causados, independentemente de aferição de sua própria culpa (fl. 560, e-STJ).

O entendimento do Tribunal *a quo*, no tocante à legitimidade do nosocômio em caso de erro médico, está em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior, segundo a qual é objetiva a responsabilidade do Hospital quanto a atividade de seu profissional plantonista, de modo que dispensada demonstração da sua culpa relativamente a atos lesivos decorrentes de erro do médico integrante de seu corpo clínico. A propósito, citam-se:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. RECURSOS ESPECIAIS. RECURSOS MANEJADOS SOB A ÉGIDE DO CPC/73. **RESPONSABILIDADE CIVIL. ERRO MÉDICO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. PARCIAL PROCEDÊNCIA. RECURSO ESPECIAL DO ANESTESISTA. INDEFERIMENTO DE PROVA PERICIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. NULIDADE PELA AUSÊNCIA DE INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PREJUÍZO NÃO CONFIGURADO. DECISÃO RECORRIDA EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. COMPROVAÇÃO DA CULPA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DESTA CORTE. CÔMPUTO INICIAL DOS JUROS. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DA SÚMULA Nº 362 DO STJ. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE POR ESTA CORTE. RECURSO ESPECIAL DO HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE NÃO CONFIGURADA. CULPA DOS SEUS MÉDICOS RECONHECIDA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO HOSPITAL. DECISÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DESTA CORTE. SÚMULA Nº 568 DO STJ. VALOR INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. DESNECESSIDADE. VERBA FIXADA COM MODERAÇÃO. 1. (...). 6. O Tribunal a quo, com base no conjunto fático-probatório dos autos, concluiu pela negligência dos profissionais médicos, que não acompanharam a paciente até a sua saída do quadro anestésico, nem sequer lhe prestaram assistência imediata no momento em que sofreu complicações decorrentes da anestesia. Reformar tal entendimento encontra óbice na Súmula nº 7 do STJ. **7. Consoante a jurisprudência dominante do STJ, é objetiva a responsabilidade do Hospital quanto a atividade de seu profissional plantonista (art. 932, III, do CC/02 e 14 do CDC), de modo que dispensada demonstração da sua culpa relativamente a atos lesivos decorrentes de erro do médico integrante de seu corpo clínico. Precedentes.** 8. Este Sodalício Superior pode alterar o valor indenizatório do dano moral apenas nos casos em que a quantia arbitrada pelo acórdão recorrido for irrisória ou exorbitante, hipóteses que não se fazem presentes. 9. Não se mostra exorbitante a verba indenizatória moral fixada em R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), a ser partilhada entre as quatro autoras, sendo referida quantia suficiente e apta a reparar o dano extrapatrimonial decorrente de erro médico do qual resultou a inabilitação total e permanente**

da paciente para o exercício de todo e qualquer ato da sua vida civil. 10. Recursos especiais não providos. (REsp 1.679.588/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 08.08.2017, DJe 14.08.2017) [grifou-se]

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. APELAÇÃO CÍVEL. DESERÇÃO. SÚMULA 280/STF. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. **RESPONSABILIDADE SUBJETIVA DO PROFISSIONAL LIBERAL. ERRO MÉDICO. CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA DO HOSPITAL. VÍNCULO DECORRENTE DE ATUAÇÃO EM PLANTÃO MÉDICO-HOSPITALAR.** ARBITRAMENTO DO VALOR DO DANO MORAL. SÚMULA 7/STJ. QUANTIA EXORBITANTE. NÃO CONFIGURADA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. 1.(...). **6. O reconhecimento da responsabilidade solidária do hospital não transforma a obrigação de meio do médico, em obrigação de resultado, pois a responsabilidade do hospital somente se configura quando comprovada a culpa do médico integrante de seu corpo plantonista, conforme a teoria de responsabilidade subjetiva dos profissionais liberais abrigada pelo Código de Defesa do Consumidor. Precedentes.** 7. Em relação ao valor arbitrado pelo Tribunal de origem a título de compensação por danos morais, a jurisprudência desta Corte orienta que apenas em hipóteses excepcionais, em que configurado flagrante exagero ou irrisoriedade da quantia, o recurso especial seria a via adequada para nova fixação excepcional. Circunstâncias não verificadas na hipótese concreta. 8. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas. 9. Recursos especiais parcialmente conhecidos e, nessa extensão, não providos. (REsp 1.579.954/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 08.05.2018, DJe 18.05.2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ERRO MÉDICO. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO - PROBATÓRIO DOS AUTOS. SUMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. [...]. **2. O acórdão recorrido está em consonância com precedentes desta Corte Superior, uma vez que entendeu que é objetiva a responsabilidade das pessoas jurídicas prestadoras de serviços médico-hospitalares,** e, analisando as provas dos autos, concluiu que houve falha na prestação de serviço do Hospital, ocasionando sua Responsabilidade civil pelo ocorrido. O Tribunal de origem concluiu que houve nexo de causalidade entre a conduta da equipe médica e de enfermagem do Hospital e o dano causado ao paciente. Alterar o entendimento do acórdão recorrido demandaria o reexame do conjunto fático - probatório do autos, o que é vedado em razão do enunciado da Súmula 7 do

STJ. [...]. 5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.009.600/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado em 20.04.2017, DJe 02.05.2017) [grifou-se]

Com efeito, tendo o Tribunal *a quo* decidido em conformidade com a jurisprudência deste Tribunal Superior sobre a matéria, incide o teor da Súmula 83/STJ, a impedir o conhecimento do recurso por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

3. O insurgente aponta, ainda, ofensa aos artigos 14, § 3º, II, do CDC; 371, 479, 485, VI, do CPC/15; 131, 267, VI, 436 do CPC/73; 186 e 927 do Código Civil; e 16 do Código de Ética Médica, sustentando a necessidade de extinção do feito, ante a falta de interesse de agir decorrente da inexistência de nexo causal, bem assim a ausência de responsabilidade civil do hospital, ante a inocorrência de falha na prestação dos serviços e de nexo de causalidade.

No particular, a Corte de origem assim decidiu (fls. 563-568, e-STJ):

Fixada essa premissa, resta verificar se houve falha nos serviços prestados pelo médico que atendeu a autora no pronto socorro do hospital requerido e se ocorreu em razão de negligência, imprudência ou imperícia.

Para a verificação dessa questão deverá ser considerada inicialmente a prova documental, consistente da ficha de atendimento da paciente.

Dos documentos apresentados com a contestação é possível constatar como ocorreu o atendimento médico da autora no dia 29/07/2010 (primeiro atendimento com o médico do hospital requerido), consoante se infere à f. 171, denominado "Registro de Consulta".

(...)

Também de grande valia para a verificação de possíveis falhas na prestação de serviço será a prova pericial, cuja conclusão se deu nos seguintes termos:

(...)

Destaca ainda o depoimento pessoal da autora, onde confirma ter relatado no atendimento do médico plantonista, bem como para todos os outros médicos porque passou, dor no maxilar, nos braços e principalmente dor no meio do peito, sendo, no entanto, diagnosticado stress emocional e prescritos medicamentos para enjoo, dor, além de anti-inflamatório.

Visto tudo isso, cabe então verificar se esse erro/falha ocorreu por negligência, imprudência ou imperícia do médico, para concluir pela sua culpa ou não.

(...)

Assim, para estabelecer a culpa, é preciso questionar se o médico plantonista do hospital requerido agiu de forma compatível e adequada com as circunstâncias.

**Das provas coligidas, o que se percebe é que houve negligência do médico ao realizar o diagnóstico equivocado, pois concluiu que a autora estava com stress emocional, quando na verdade estava sofrendo infarto do miocárdio.** E além do equívoco no diagnóstico, prescreveu medicamentos também inadequados tanto para o caso de stress emocional quanto para tratar o infarto. O médico deixou ainda de preencher a ficha de atendimento da paciente segundo as regras do Conselho Federal de Medicina, como visto sendo omissa quanto à diversas informações, principalmente se foram realizados exames, os quais possibilitariam o

diagnóstico do infarto.

Portanto, **facilmente detectável o erro do médico ao deixar de prestar o serviço de forma adequada e eficiente para a extirpação da patologia que acometia a autora.**

Note-se que o atendimento inadequado prestado em plantão ocorreu em 29/07/2010 e os exames realizados pela autora, que concluíram para ocorrência do infarto, foram realizados no início do mês de agosto (cateterismo - 08/09/2010 -f. 51).

Desta forma, embora a perícia médica tenha concluído não ser possível afirmar a data efetiva da ocorrência do infarto, tudo leva a crer que ocorreu na época do atendimento, tendo em vista os sintomas muito semelhantes e o pequeno período entre esta e os exames. Assim, **concluo que houve erro do médico plantonista, na modalidade culposa, em virtude de sua negligência ao realizar diagnóstico errado e ainda prescrever medicamentos inadequados para aquela patologia.**

(...)

Estabelecida a culpa, cumpre verificar o nexo causal, o liame entre a conduta lesiva e o dano efetivo.

A conduta médica na hipótese, consistente no diagnóstico equivocado da patologia da autora, tendo o médico plantonista concluído pela existência de stress emocional, quando na verdade tratava-se de infarto do miocárdio, aliado à prescrição de medicamentos indevidos tanto para o stress emocional quanto para o infarto, fez prolongar o sofrimento da paciente, que permaneceu com os sintomas de dores no maxilar, braço e peito. Além disso, a autora também teve que passar por outros médicos no intuito de solucionar seu problema de saúde, tendo em vista a ausência de melhora de seu quadro clínico após o atendimento no pronto socorro do hospital requerido.

Todo esse sofrimento por certo causou à autora abalo psíquico, ultrapassando a esfera do mero aborrecimento, o que a toda evidência enseja o dever de indenizar do hospital requerido.

**Aliás, a alta prematura da autora, decorrente do erro de diagnóstico (não constatação do infarto agudo do miocárdio), caracteriza a prática de ato ilícito, sendo que o nexo de causalidade se influi da própria conduta descuidada do profissional da saúde, gerando inclusive risco de vida à paciente, haja vista a gravidade da verdadeira patologia que a acometia.**

Desta feita, **não se sustentam os argumentos recursais trazidos pelo hospital requerido, ou seja, acerca da ausência do nexo de causalidade, bem como má valoração das provas pelo juízo a quo.** Ademais, em nada altera o entendimento ora esposado o fato da autora ter procurado outros médicos e estes não terem diagnosticado devidamente sua patologia, pois tal fato não afasta o erro de diagnóstico cometido pelo médico plantonista do hospital requerido, mormente após a descrição dos sintomas pela paciente e a ausência dessas informações em sua ficha de atendimento, bem como a não realização de exames. [grifou-se]

Denota-se do aresto recorrido que o órgão julgador, à luz dos princípios da livre apreciação da prova e do livre convencimento motivado, tendo como base o acervo fático probatório dos autos, concluiu expressamente que "houve erro do médico plantonista, na modalidade culposa, em virtude de sua negligência ao realizar diagnóstico errado e ainda

prescrever medicamentos inadequados para aquela patologia" (fl. 568, e-STJ), bem assim constatou a prática de ato ilícito e do nexo de causalidade, razão pela qual entendeu configurada a responsabilidade do hospital.

Para derruir as conclusões contidas no *decisum* e acolher o inconformismo recursal no sentido de verificar a apontada ausência de nexo causal ou a falha na prestação dos serviços, segundo as razões do apelo extremo, seria imprescindível o revolvimento dos fatos e das provas dos autos, providência que esbarra no óbice da Súmula 7 desta Corte.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. ERRO MÉDICO. CIRURGIA DE VASECTOMIA REALIZADA POR NEGLIGÊNCIA MÉDICA. PROCEDIMENTO CONTRATADO ERA APENAS DE RETIRADA DE FIMOSE. HOSPITAL E OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. CONFIGURADA. QUANTO AO MÉRITO INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO DE SUBORDINAÇÃO ENTRE O MÉDICO E O HOSPITAL. CONTRATAÇÃO PARTICULAR DA CIRURGIA SEM VÍNCULO COM O PLANO DE SAÚDE. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA EXCLUSIVA DO MÉDICO CIRURGIÃO. DANO MORAL. ARBITRAMENTO. EXORBITÂNCIA OU IRRISORIEDADE. NÃO VERIFICADAS. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. READEQUAÇÃO. 1. (...) **8. A argumentação tecida pelo médico-recorrente de inexistência de dano ao paciente - inclusive destacando trechos do laudo pericial que, em tese, amparam sua pretensão - encontra óbice na Súmula 7/STJ, pois inadmissível em recurso especial a revisão de fatos e provas que atestaram os danos de ordem material e moral, decorrentes do erro médico na realização da cirurgia contratada.** 9. (...) 10. Recurso especial interposto pelo médico e pelo paciente conhecido e não provido. Recurso especial interposto pelo hospital e pela operadora de plano de saúde conhecido e provido. (REsp 1.733.387/SP Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15.05.18, DJe 18.05.18) [grifou-se]

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. RECURSOS ESPECIAIS. RECURSOS MANEJADOS SOB A ÉGIDE DO CPC/73. **RESPONSABILIDADE CIVIL. ERRO MÉDICO. DANOS MATERIAIS E MORAIS.** PARCIAL PROCEDÊNCIA. RECURSO ESPECIAL DO ANESTESISTA. INDEFERIMENTO DE PROVA PERICIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. NULIDADE PELA AUSÊNCIA DE INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PREJUÍZO NÃO CONFIGURADO. DECISÃO RECORRIDA EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. **COMPROVAÇÃO DA CULPA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DESTA CORTE. CÔMPUTO INICIAL DOS JUROS. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DA SÚMULA Nº 362 DO STJ. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE POR ESTA CORTE.**



RECURSO ESPECIAL DO HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE NÃO CONFIGURADA. CULPA DOS SEUS MÉDICOS RECONHECIDA. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO HOSPITAL. DECISÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DESTA CORTE. SÚMULA Nº 568 DO STJ. VALOR INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. DESNECESSIDADE. VERBA FIXADA COM MODERAÇÃO. 1. (...). **6. O Tribunal a quo, com base no conjunto fático-probatório dos autos, concluiu pela negligência dos profissionais médicos, que não acompanharam a paciente até a sua saída do quadro anestésico, nem sequer lhe prestaram assistência imediata no momento em que sofreu complicações decorrentes da anestesia. Reformar tal entendimento encontra óbice na Súmula nº 7 do STJ.** 7. Consoante a jurisprudência dominante do STJ, é objetiva a responsabilidade do Hospital quanto a atividade de seu profissional plantonista (art. 932, III, do CC/02 e 14 do CDC), de modo que dispensada demonstração da sua culpa relativamente a atos lesivos decorrentes de erro do médico integrante de seu corpo clínico. Precedentes. 8. Este Sodalício Superior pode alterar o valor indenizatório do dano moral apenas nos casos em que a quantia arbitrada pelo acórdão recorrido for irrisória ou exorbitante, hipóteses que não se fazem presentes. 9. Não se mostra exorbitante a verba indenizatória moral fixada em R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), a ser partilhada entre as quatro autoras, sendo referida quantia suficiente e apta a reparar o dano extrapatrimonial decorrente de erro médico do qual resultou a incapacitação total e permanente da paciente para o exercício de todo e qualquer ato da sua vida civil. 10. Recursos especiais não providos. (REsp 1.679.588/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 08.08.2017, DJe 14.08.2017) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1. ERRO MÉDICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA RECONHECIDA. ALTERAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. 2. REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MESMO ÓBICE SUMULAR. 3. AGRAVO IMPROVIDO. **1. O Tribunal estadual, ao dirimir a controvérsia, concluiu que, no caso dos autos, o hospital possui responsabilidade solidária, porquanto foi constatada a culpa do médico por ele credenciado e falha nos serviços prestados pelo nosocômio. Reverter a conclusão do Tribunal local, para acolher a pretensão recursal, demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado ante a natureza excepcional da via eleita, consoante enunciado da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.** 2. O valor fixado a título de indenização por danos morais pelas instâncias ordinárias, nos termos da jurisprudência deste Tribunal, pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, os quais não se evidenciam no presente caso, de modo que a sua revisão também encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1.423.460/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25.03.2019, DJe

28.03.2019) [grifou-se]

Inafastável, no ponto, a incidência do óbice estabelecido pela Súmula 7 desta Corte.

Consigne-se que, a respeito da pretensão recursal com fulcro na alínea "c" do permissivo constitucional, esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência do óbice estabelecido pela Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem. Precedentes: AgRg no AREsp 662.068/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 22/06/2015; AgRg no AREsp 463.390/MT, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 26/03/2014.

4. No que toca à apontada violação aos artigos 186 e 927 do Código Civil, sustenta o insurgente que a indenização por danos morais foi fixada em montante desproporcional.

O Tribunal de origem, sobre a questão, pontuou (fl. 570, e-STJ):

Pois bem, em relação à capacidade econômica das partes, tem-se que a autora encontra-se desempregada, tendo em vista sua exoneração de cargo público (f. 92-93), enquanto o apelado é hospital desta capital. Dadas as circunstâncias, em sendo certo que o valor a ser arbitrado não pode ser nem tão grande que se converta em fonte de enriquecimento da vítima e redução à miserabilidade do ofensor, nem tão pequeno que se torne inexpressivo, uma vez que não há base em qualquer diploma legal que venha a estabelecer os limites e quantitativos para a indenização por dano moral, o quantum a ser fixado deve ser capaz de amenizar a dor e compensar os efeitos do prejuízo moral sofrido.

Desta forma, **tenho que o valor da indenização pelo dano moral deve ser reduzido para R\$ 15.000,00, quantia que entendo adequada e razoável segundo as peculiaridades deste caso.**

Assim, o recurso interposto pelo hospital requerido deve ser provido nesse tópico, com o consequente desprovimento do apelo da parte autora. [grifou-se]

No que se refere ao pleito de redução da verba indenizatória, não obstante o grau de subjetivismo que envolve o tema da fixação da indenização, uma vez que não existem critérios determinados e fixos para a quantificação do dano moral, reiteradamente tem-se pronunciado esta Corte no sentido de que a reparação do dano deve ser fixada em montante que desestimule o ofensor a repetir a falta, sem constituir, de outro lado, enriquecimento indevido.

Com a apreciação reiterada de casos dessa natureza, concluiu-se que a intervenção desta Corte ficaria limitada aos casos em que o *quantum* fosse irrisório ou exagerado, diante do quadro fático delimitado em primeiro e segundo graus de jurisdição.

Na espécie, diante das peculiaridades do caso concreto, o Tribunal *a quo* considerou necessária a redução do valor arbitrado na sentença, fixando o montante em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), destacando que referido valor se mostra adequado e razoável às peculiaridades do caso concreto.

Para formar seu convencimento, o órgão julgador valeu-se do exame das circunstâncias fáticas do caso em análise, e para alterar tal entendimento, notadamente considerando que a quantia estipulada não se mostra exorbitante, necessário seria o revolvimento do material probatório, o que encontra óbice no enunciado da Súmula 7 do STJ.

A propósito, precedentes:

DIREITO CIVIL. AGRAVO INTERNO. DANOS MORAIS. REVISÃO DO VALOR. ACÓRDÃO FUNDADO NOS ELEMENTOS FÁTICOS DOS AUTOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚM. 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O Tribunal de origem, com base nas circunstâncias fática do caso e analisando os critérios de razoabilidade e proporcionalidade, resolveu majorar o valor da indenização pelos danos morais, decorrente de erro médico que resultou na perda de um dos rins, de R\$ 10.000,00 para R\$ 50.000,00. **Para rever tal conclusão, como pretende a parte agravante, seria necessário ir além dos fundamentos declinados no acórdão recorrido, demandando incursão no acervo probatório constante no autos, o que é defeso nesta instância recursal, de acordo com o entendimento já sumulado por esta Corte Superior (Súm. 7/STJ). Precedentes.** 2. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.514.488/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 29.10.19, DJe 08.11.19) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ERRO MÉDICO. VALOR INDENIZATÓRIO. REVISÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. FALTA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA N. 182 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.** 1. **Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula n. 7 do STJ para possibilitar a revisão. No caso, o valor estabelecido pelo Tribunal a quo não se mostra exorbitante, a justificar sua reavaliação em recurso especial.** 2. O conhecimento do recurso especial interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional exige a demonstração da similitude fática entre os acórdãos confrontados. 3. É inviável o agravo previsto no art. 1.021 do CPC/2015 que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada (Súmula n. 182/STJ). 4. Agravo interno a que se nega provimento. **[indenização por dano moral: R\$ 50.000,00 - cinquenta mil reais]** (AgInt no AREsp 1.468.440/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 07.10.2019, DJe 14.10.2019) [grifou-se]

Assim, uma vez não demonstrada a excepcionalidade capaz de ensejar revisão pelo STJ do valor arbitrado a título de danos morais, o conhecimento do apelo extremo implicaria reexame de questões fático-probatórias presentes nos autos, providência inviável a

teor do que dispõe o enunciado da Súmula 7 desta Corte.

5. Por fim, aponta o recorrente violação aos artigos 86, *caput*, do CPC/15 e 21, *caput*, do CPC/73, alegando que os honorários advocatícios arbitrados em favor da autora são exorbitantes.

Para o acolhimento das razões recursais no sentido de avaliar a razoabilidade ou não da condenação em honorários, arbitrada pelas instâncias ordinárias em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da condenação (fl. 571, e-STJ), seria imprescindível a rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula 7 desta Corte. Precedentes:

PROCESSO CIVIL. HONORÁRIOS. FIXAÇÃO. VALOR IRRISÓRIO OU EXORBITANTE. REVISÃO. POSSIBILIDADE. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. DECAIMENTO. SÚMULA 7/STJ. [...] 2. **Ademais, a revisão da distribuição dos ônus sucumbenciais envolve ampla análise de questões de fato e de prova, consoante as peculiaridades de cada caso concreto, o que é inadequado na via especial, nos termos da Súmula 7/STJ.** 3. **Agravo regimental a que se nega provimento.** (AgRg no AREsp 13.883/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 15/10/2012) [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 1. (...). 2. **"A fixação da verba honorária consoante o art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC deve levar em consideração o efetivo trabalho que o advogado teve na causa, seu zelo, o lugar da prestação, a natureza e importância da causa, tudo consoante apreciação equitativa do juiz não restrita aos limites percentuais de 10% e 20%, e não aquilo que com ela o advogado espera receber em razão do valor da causa"** (REsp 1.446.066/SP, Segunda Turma, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 12.5.2014). 3. (...). 4. **O Superior Tribunal de Justiça atua na revisão da verba honorária somente quando esta tratar de valor irrisório ou exorbitante, o que não se configura neste caso. Assim, o reexame das razões de fato que conduziram a Corte de origem a tais conclusões significaria usurpação da competência das instâncias ordinárias. Incidência da Súmula 7/STJ.** 5. Agravo Regimental não provido. (AgRg no REsp 1.531.994/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 20.08.2015, DJe 11.09.2015) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. VERBA HONORÁRIA. VALOR ADEQUADO. PROVIMENTO NEGADO. 1. Esta Corte já concluiu que, na fase de cumprimento de sentença, os honorários advocatícios devem ser estabelecidos com fundamento no § 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil de 1973, consoante apreciação equitativa do magistrado. Precedentes. 2. **Constatado que os honorários de sucumbência foram fixados em patamar razoável, não sendo irrisórios nem exorbitantes, não compete a esta Corte Superior, em sede de**

**recurso especial, promover a revisão pretendida, ante a incidência da Súmula 7 do STJ.** 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 774.172/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 12/04/2016, DJe 22/04/2016) [grifou-se]

Com efeito, inafastável, no ponto, a incidência do óbice estabelecido pela Súmula 7/STJ.

**6.** Do exposto, conheço do agravo e **nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator